

Nota dos editores

A ideia de um dossiê que articule as temáticas *infância, educação e sociedade* surge da necessidade de desconstrução desses conceitos em sua forma essencializada. Muitos estudiosos têm abandonado um modelo particular e universal de infância e oportunizado discussões acadêmicas mais plurais, onde as infâncias e suas crianças são vistas em contextos sócio-históricos e culturais, que as reconhecem como sujeitos de direito.

Um movimento de desconstrução como esse exige reconstruções de conceitos e valores, levando a novos conhecimentos, referenciais teóricos e escolha de outras ferramentas metodológicas ao invés das tradicionais, que no todo se constitui em uma revisão epistemológica e praxeológica das abordagens dos estudos da infância, da educação e da sociedade, capaz de contemplar a complexidade desses fenômenos e suas interfaces.

Já não é possível ver a *infância* como única, nem mesmo buscar um padrão de normalidade que a reconheça em uma categoria isolada de desenvolvimento. Outras categorias sociais ou geracionais são necessárias, pois os estudos da infância pertencem ao campo da interdisciplinaridade, o que implica na conjugação de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Isso posto, passamos a perceber as culturas infantis, antes invisibilizadas nas culturas adultocêntricas, bem como as diversidades corporais, libertas da reinstitucionalização da infância na contemporaneidade.

No mesmo sentido, a visão do que se entende por educação é central em qualquer projeto de sociedade, pois ela baliza tanto discursos sociais que buscam o progresso e o desenvolvimento, quanto aqueles que priorizam o direito à igualdade, diversidade e justiça social. Os discursos dos sistemas educacionais da contemporaneidade voltados para projetos sociais racionalizadores tratam a educação como abstrata, a-histórica e universal. Os novos estudos sociais da infância propõem a reinstitucionalização da mesma na modernidade, o que implica uma revisão crítica àquela perspectiva, focalizando a escola e a educação como instâncias que definem as bases ideológicas e estruturais de uma sociedade, criando um novo estatuto social para as crianças, garantindo-lhes o direito de viverem as suas infâncias.

Sendo assim, a discussão sobre a criança como ser de direitos e a infância enquanto categoria social envolve também a desconstrução da leitura que se faz sobre as interações entre crianças, entre crianças e adultos e a construção de identidades sociais. Não há qualquer possibilidade de propor

novos elementos de análise da infância sem passar por essa revisão do que se compreende por processos de socialização e protagonismo infantil.

Partindo dessa posição sobre a necessidade da revisão na pesquisa sobre/com/para as crianças, esse dossiê apresenta cinco artigos que tratam de diferentes temas relacionados à infância, educação e sociedade e pretende contribuir com o debate atual, com elementos teóricos e empíricos que enriquecem nosso conhecimento sobre as crianças e as infâncias.

No primeiro artigo, *Entre as práticas pedagógicas e as culturas infantis: contributo para a compreensão da participação das crianças num Jardim de Infância*, as autoras Renata Veiga e Manuela Ferreira apresentaram um estudo de caso, construído num grupo de 22 crianças com idade entre 3 e 5 anos numa escola em Porto, Portugal. O objetivo foi analisar a participação das crianças no trabalho pedagógico. Os resultados ressaltam a importância do reconhecimento, pelo educador, das competências das crianças enquanto atores sociais e a necessidade da criação de condições de tempos e espaços para a participação infantil no cotidiano do trabalho pedagógico. Aliado a isso, as autoras criticam as práticas tradicionais que tratam as crianças como objetos passivos, sem oferecer propostas pedagógicas que façam sentido para elas. Sendo assim, propõem outras formas de relação com os saberes e os poderes que respeitem os direitos das crianças e promovam encontros entre a cultura pedagógica e as culturas infantis.

Em seguida, Mikaela de Paula Lacerda, Giovanna Barroca de Moura, Jaqueline Gomes Cavalcanti e Carlos da Silva Cirino, no artigo intitulado *Representações sociais da ludicidade elaborada por professores*, analisaram as representações sociais de ludicidade de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental das redes pública e privada do município de Coremas/PB, utilizando a teoria das representações sociais de Serge Moscovici e Denise Jodelet e Abric. Os resultados do estudo revelaram a importância que os professores atribuíam à ludicidade como uma forma de atividade prazerosa, relacionada tanto à imaginação, criatividade e diversão, como também à aprendizagem e conhecimento. Como conclusão, os autores ressaltam as possibilidades da utilização da ludicidade como ferramenta pedagógica.

O terceiro artigo, *A valorização da identidade da criança e negra desde a educação infantil*, de autoria de Tarcia Regina Silva, utiliza o conceito de raça como uma construção social, política e cultural, de criança como sujeito histórico e de direitos e de diferença, para analisar o espaço escolar para o combate a todas as formas de preconceito e discriminação, em consonância com a Educação em Direitos Humanos. O estudo foi desenvolvido numa turma com dezoito crianças de 3 a 4 anos de uma sala de aula do

município de Garanhuns/PE, através da metodologia da pesquisa-ação que favoreceu a discussão pelas crianças sobre os preconceitos, as diferenças e a diversidade cultural.

O estudo de Andrea Maraschin Bruscato e Nalu Farenzena, *Políticas educacionais para crianças de zero a cinco anos: um estudo comparativo entre Argentina, Brasil e Uruguai (2001-2014)*, investigou as características similares e as variações da organização e gestão dos sistemas educacionais nesses países, através da metodologia de análise comparada. Os resultados apontaram semelhanças quanto à modalidade da educação infantil, faixa etária, obrigatoriedade, concepções de cuidar/educar e jogar/brincar. No entanto, foram observadas diferenças quanto à oferta, financiamento, regulação e formação docente. A discussão proposta no texto possibilita ampliar o debate sobre as políticas educacionais nesses países e compreender quais os desafios impostos na busca da diminuição da desigualdade e na luta por mais justiça social.

Por fim, o texto de autoria de Juliana Alves de Andrade e Humberto da Silva Miranda, *Quando as crianças se tornam alunos: (re) pensando os sujeitos da educação nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos*, analisa o conceito de criança e a adolescência presente em documentos oficiais de regulação da educação no Brasil e apresenta uma reflexão sobre como os dispositivos legais e normativos contribuem para a transformação dos agentes sociais de crianças em alunos no Ensino Fundamental. Os autores afirmam que as alterações curriculares e estruturais da educação básica nas últimas oito décadas foram realizadas no campo semântico, no entanto, o mesmo não ocorreu na esfera estrutural. Sua análise indica que apesar das ações para a ampliação do tempo da criança e do adolescente na escola e de reconhecer as suas diferenças e variadas conquistas, há uma “regulação pedagógica”, que se aproxima das concepções modernas de ensino e de aprendizagem.

Esperamos que a leitura desses artigos permita uma reflexão aos leitores e que venham a aprofundar o debate das diversas áreas em foco, sugerindo novos estudos e pesquisas que aceitem o desafio de olhar a infância e as crianças em toda sua complexidade e repensar as formas estabelecidas de pesquisar, ensinar e estar com as crianças.

Patrícia Maria Uchôa Simões
Vera Maria Ramos de Vasconcellos
Adelaide Alves Dias

Editoras Temáticas da Revista Cadernos de Estudos Sociais